



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
CURSO DE FONOAUDIOLOGIA
TRABALHO DE MONOGRAFIA II

MAÍRA JACQUES

**LINGUAGEM, LÍNGUA E COMUNICAÇÃO NA REALIDADE DE INDÍGENAS NA
UNIVERSIDADE**

Porto Alegre

2022

MAÍRA JACQUES

**LINGUAGEM, LÍNGUA E COMUNICAÇÃO NA REALIDADE DE INDÍGENAS NA
UNIVERSIDADE**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Fonoaudiologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para obtenção do título de bacharel em Fonoaudiologia.

Orientadora: Profa. Dra. Luiza Ely Milano

Porto Alegre

2022

MAÍRA JACQUES

**LINGUAGEM, LÍNGUA E COMUNICAÇÃO NA REALIDADE DE INDÍGENAS NA
UNIVERSIDADE**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado e aprovado para obtenção do título em Bacharel em Fonoaudiologia no Curso de Graduação em Fonoaudiologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre, 27 de abril de 2022.

Prof. Dr. Márcio Pezzini França
Coordenador da COMGRAD Fonoaudiologia

Banca Examinadora

Ana Lúcia Liberato Tettamanzy, Doutora.
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Fabiana de Oliveira, Doutora.
Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA)

AGRADECIMENTOS

Ao meu filho Théo, que cruzou a infância e adolescência me encorajando e apoiando, desde a minha decisão de voltar a estudar. Sem a compreensão daquele *gurizinho* de onze anos que amadureceu durante meu percurso universitário, em meio a ausências, rotinas pesadas e estudos, nada disso seria possível.

À minha mãe, que sempre esteve ao meu lado e me ensinou a força que temos quando estamos juntas, não importa o que aconteça.

Aos meus colegas do Hospital de Clínicas de Porto Alegre. Seria impossível chegar até aqui sem o apoio deles.

À minha orientadora, professora Luiza Ely Milano, que não hesitou em aceitar esse desafio e me conduziu até aqui.

RESUMO

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa documental, qualitativa e exploratória através de revisão bibliográfica para investigar, analisar e refletir sobre as dificuldades encontradas no uso da língua, linguagem e comunicação dos estudantes de graduação indígenas da UFRGS e o quanto elas estão associadas às diferenças na sua formação escolar diferenciada, além de demonstrar como a falta de domínio da leitura, produção textual e compreensão da língua portuguesa e da linguagem científica compromete o rendimento desses estudantes e contribui para a exclusão deles do meio acadêmico, apesar de hoje o Brasil já possuir Leis e Diretrizes que asseguram a esses povos a utilização de suas línguas maternas e processos de aprendizagem próprios e específicos de cada comunidade. Além disso, demonstra que a presença de estudantes indígenas na universidade ainda é considerada um acontecimento recente que carrega consigo não só a discriminação, vergonha e preconceito, mas também as dificuldades na apropriação, uso e reprodução dos conhecimentos acadêmicos devido à sua formação no ensino básico diferenciada, multilíngue e, por vezes, precária e exposta durante a trajetória acadêmica.

ABSTRACT

The present work is a documentary, qualitative and exploratory research through bibliographic review to investigate, analyze and reflect on the difficulties encountered in the use of language, language and communication of indigenous undergraduate students at UFRGS and how much they are associated with the differences in their differentiated schooling, in addition to demonstrating how the lack of mastery of reading, textual production and understanding of the Portuguese language and scientific language compromises the performance of these students and contributes to their exclusion from the academic environment, since today, in the Brazil, we have Laws and Guidelines that assure these peoples the use of their mother tongues and learning processes specific to each community. In addition, it demonstrates that the presence of indigenous students at the university is still considered a recent event that carries with it not only discrimination, shame and prejudice, but also difficulties in the appropriation, use and reproduction of academic knowledge due to their training in basic education. differentiated, multilingual and, at times, precarious and exposed during the academic trajectory.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
1.1. OBJETIVO GERAL	8
1.2 OBJETIVO ESPECÍFICO	8
2 METODOLOGIA	9
2.1 DELINEAMENTO	9
2.2 AMOSTRA	9
2.3 COLETA DE DADOS	9
2.4 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS	10
3 DESENVOLVIMENTO	11
3.1 LINGUAGEM, LÍNGUA E COMUNICAÇÃO	11
3.2 LINGUAGEM E LÍNGUA DOS POVOS INDÍGENAS.....	13
3.3 EDUCAÇÃO ESPECÍFICA E DIFERENCIADA DOS POVOS INDÍGENAS	17
3.4 POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA	19
3.5 POVOS INDÍGENAS E O MEIO ACADÊMICO.	21
3.6 PERFIL DO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO INDÍGENA	27
3.6.1. Dificuldades dos estudantes indígenas em linguagem científica durante o curso de graduação.....	28
3.6.2. Problemas enfrentados pelos indígenas ao ingressarem no meio acadêmico.....	31
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
5 REFERÊNCIAS	36

1 INTRODUÇÃO

A Fonoaudiologia é uma ciência que pesquisa e desenvolve métodos de prevenção e técnicas terapêuticas no que diz respeito à comunicação humana como um todo, sendo estas oral, escrita, voz, audição e psicomotricidade. Dentro desse contexto ela se expande ainda mais assumindo um compromisso com áreas da educação, psicologia, linguística, física acústica e também pedagogia, além de estudar especificamente alterações que afetam a deglutição e o bom funcionamento comunicativo.

Com interesse de lançar um olhar desde a Fonoaudiologia para o campo das interações comunicativas, no que diz respeito à sociedade e sua diversidade linguística e com foco na arbitrariedade imposta em muitas universidades brasileiras, a ideia do presente trabalho surgiu ao se observar as dificuldades na comunicação dos estudantes indígenas em suas interações no meio acadêmico, que ainda possui e exige práticas comunicativas padronizadas, seja em modalidade oral e/ou escrita, tornando a realidade e o percurso universitário desses alunos dificultoso e até mesmo excludente. O que se nota é que há uma prevalência de “práticas pedagógicas, relativas à aprendizagem de novos conteúdos de conhecimentos, em um contexto no qual, normalmente, não há ‘concessão’ de qualquer tipo de flexibilização de conteúdos, metodologias, material didático, calendário etc” (PAULA, 2013, p. 804), frequentemente impostos a esses estudantes.

Contudo, além dos obstáculos exigidos pela academia no que diz respeito à prática pedagógica utilizada para com esses alunos, é importante entendermos como os alunos indígenas de curso superior se apropriam dos códigos e regras que balizam a jornada universitária, por assim dizer, e como a usam, constroem, reproduzem e exibem seus conhecimentos, sabendo quando e como falar utilizando vocabulário acadêmico, ler e escrever de maneira eficaz, bem como construir e organizar seus estudos e sua concentração (AMES, 2021). Também é preciso refletirmos sobre as relações construídas com seus colegas e professores. Todos esses fatores influenciam no desempenho e no aproveitamento acadêmico de todo e qualquer aluno, mas, pensando especificamente na situação do aluno indígena, parece ser fundamental partirmos de um ponto que considere uma proposta curricular diferenciada e específica que atente para os aspectos comunicativos da experiência universitária desses estudantes.

1.1 OBJETIVO GERAL

Analisar as dificuldades de comunicação dos estudantes universitários indígenas da UFRGS diante da realidade imposta pela linguagem, língua e comunicação em práticas acadêmicas majoritariamente padronizadas.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Refletir sobre as dificuldades de comunicação encontradas pelos estudantes indígenas da UFRGS ao ingressarem no meio acadêmico;
- Demonstrar o quanto essas dificuldades de comunicação dos estudantes universitários indígenas vão além das diferenças na sua formação escolar específica e diferenciada e alcançam barreiras cosmológicas, culturais e epistemológicas, uma vez que a Lei de Diretrizes e Bases - LDB assegura aos indígenas no seus artigo 42, 78 e 79 a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem, sendo estes singulares a cada grupo;
- Investigar o quanto a falta de domínio de leitura, produção textual, compreensão da língua portuguesa, da linguagem científica e a desvalorização, por parte da academia, da transmissão dos conhecimentos através da oralidade, compromete o seu rendimento universitário, contribuindo para a segregação e/ou exclusão desse grupo do meio acadêmico, além de contribuir com o silenciamento e apagamento das falas dos sujeitos indígenas.

2 METODOLOGIA

2.1 DELINEAMENTO

Pesquisa documental, do tipo exploratória e qualitativa, realizada através da análise de teorias e perspectivas de discursos sobre as trajetórias dos estudantes indígenas na formação acadêmica com propósito de investigar, refletir e demonstrar sobre as dificuldades comunicativas e práticas padronizadas impostas pela academia e o impacto que elas exercem na limitação e/ou exclusão desses estudantes que são advindos de uma educação específica e diferenciada.

2.2 AMOSTRA

Para a presente pesquisa foram utilizadas as plataformas online *Scielo*, *Lume UFRGS*; *Google Scholar*; revistas *onlines*, além de livros físicos, teses e dissertações acessadas em plataformas acadêmicas, entrevistas, publicações em sites e relatos de grupos de redes sociais sobre linguística, linguagem, língua e educação diferenciada dos povos indígenas brasileiros em geral, e especialmente a situação dos estudantes indígenas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sendo as principais etapas metodológicas do presente estudo a seleção e análise de textos estruturados ao corpo teórico.

2.3 COLETA DE DADOS

Palavras chaves como *estudantes indígenas; kaingang; universitários indígenas; povos originários; educação indígena; comunicação indígena; línguas indígenas; inclusão indígena; educação específica e diferenciada; ensino superior; UFRGS; indígenas na UFRGS; políticas afirmativas; escola indígena; estudantes ameríndios; educação colonialista e saberes indígenas; linguagem / língua indígena e língua materna* foram utilizadas para coleta de dados que será analisada juntamente com textos de embasamento teórico.

2.4 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

Por ser considerado um trabalho de revisão bibliográfica e de caráter teórico, não houve a necessidade de aprovação do Comitê de Ética. A literatura utilizada na presente pesquisa foi na sua totalidade de acesso livre ao público.

3 DESENVOLVIMENTO

Há muito tempo que, no Brasil, se enfrenta dificuldades de dialogar com os povos indígenas e reconhecer suas diferenças. Esse fato faz com que a sociedade não perceba suas formas próprias de organização social, representatividade, expressividade (inclusive de seus sentimentos) e costumes, tornando essas adversidades ainda mais expostas quando o indígena ingressa no meio acadêmico. Diante desse cenário, é imprescindível avançarmos em debates sobre os problemas comunicativos encontrados por esses estudantes ao ingressarem na universidade, levando em consideração sua linguagem, a diversidade de suas línguas e suas falas durante o percurso do curso superior. Isso porque a criação de vagas universitárias, processos seletivos específicos e políticas de acesso e permanência para indígenas nas universidades ainda podem ser considerados acontecimentos recentes e que acabam também por reforçar ainda mais as diversidades culturais e linguísticas desses povos, bem como as especificidades nas suas trajetórias durante a formação do ensino básico, que possui educação diferenciada e bilíngue garantidas por lei, até a sua chegada no curso superior.

Para dar embasamento à discussão aqui proposta, a seguir serão apresentados conceitos e fundamentação teórica sobre o tema da presente pesquisa.

3.1 LINGUAGEM, LÍNGUA E COMUNICAÇÃO

Antes de iniciar as reflexões sobre as questões do contexto comunicacional de estudantes indígenas no meio acadêmico é importante trazer conceitos sobre como se define linguagem, língua, comunicação e, conseqüentemente, a fala.

A linguagem é multiforme, heteróclita e desprovida de regras gramaticais. Física, fisiológica, psíquica e pertencente ao domínio individual e social. "(...) a linguagem repousa numa faculdade que nos é dada pela Natureza, ao passo que a língua constitui algo adquirido e convencional, que deveria subordinar-se ao instinto natural em vez de adiantar-se a ele" (SAUSSURE, 2012, p. 41)

Para Saussure, a língua é um sistema de signos que exprimem ideias, e é comparável, por isso, à escrita, ao alfabeto dos surdos-mudos, aos ritos simbólicos, às formas de polidez, aos sinais militares, etc. Ela é apenas o principal desses sistemas (2012, p. 47). É uma parte essencial e ao mesmo tempo produto social da linguagem, necessária para que os indivíduos a usem.

Émile Benveniste, linguista francês, após a leitura sensível e singular da obra de Saussure, propõe através da perspectiva de uma linguística da enunciação, a passagem da noção de língua (virtual) para a de fala (o realizado), sugerindo que o funcionamento da língua é realizado por atos individuais de utilização: “É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na sua realidade que é a do ser, o conceito de 'ego'”. (BENVENISTE, 1988, p. 286).

Cada sujeito possui jeito próprio de se manifestar durante a socialização. Isso pode ocorrer de diversas formas em diferentes grupos sociais. A fala é algo totalmente individual, personalizado e é expressada através dos conhecimentos linguísticos e da visão de mundo adquiridos por cada pessoa de acordo com suas experiências. Para que sejamos compreendidos não é necessário falarmos de forma igual aos outros, ou mesmo escrevermos tal como os outros. “A fala é, ao contrário, um ato individual de vontade e inteligência, no qual convém distinguir: 1º- as combinações pelas quais o falante realiza o código da língua no propósito de exprimir seu pensamento pessoal; 2º- o mecanismo psicofísico que lhe permite exteriorizar essas combinações” (SAUSSURE, 2012, p. 45).

E sobre o conceito de comunicação, o que podemos pensar? O dicionário Aurélio, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, aponta que se trata de uma palavra de origem latina, “*communicare*”, que significa a capacidade de trocar ou discutir ideias, de dialogar, com vista ao bom entendimento entre as pessoas. A comunicação é uma ferramenta de troca e representa um dos fenômenos mais importantes da espécie humana:

Hoje o homem tenta lançar pontes (ainda que hipotéticas) não apenas sobre a origem do universo, sobre o chamado big bang, mas também sobre as raízes remotas dos códigos da comunicação humana. Constata que a capacidade comunicativa não é privilégio dos seres humanos; está presente e é bastante complexa em muitos outros momentos da vida animal, nas aves, nos peixes, nos mamíferos, nos insetos e muitos outros” (BAITELLO JUNIOR, 1998, p.11).

Ao nos debruçarmos nessas definições é possível perceber o quanto a linguagem e a língua dos povos indígenas podem se tornar dificuldades comunicativas e interferirem no desenvolvimento acadêmico se não houver ações afirmativas de educação que valorizem, reconheçam e as insiram no contexto universitário, já que as políticas de cotas para o ensino superior aos indígenas ainda carecem atender várias demandas para inclusão da cultura desses povos no ambiente universitário.

3.2 LINGUAGEM E LÍNGUA DOS POVOS INDÍGENAS

De acordo com Laroque e Silva (2013, apud Götzke, 2019, p. 2) é sabido que os conhecimentos indígenas são transmitidos oralmente e, desta maneira, dados e informações considerados patrimônio histórico e cultural da humanidade têm se perdido ao longo do tempo pelo fato de não serem registrados fisicamente, desaparecendo junto com as pessoas que as detêm .

Estudos apontam que até metade do século passado acreditava-se que o Brasil era um país homogêneo culturalmente e linguisticamente, mito que persistiu por aproximadamente 400 anos. Calcula-se que na época do “descobrimento” do país eram faladas em torno de 1273 línguas. Atualmente existem cerca de 897 mil indígenas¹, dos quase 1.000.000 na época de Cabral, e 305 etnias com cerca de 274 línguas das quais a maioria se encontra na região norte. Em 1995 Darcy Ribeiro vai mais além e revê esse cálculo estimando em 5 milhões a população indígena antes da invasão europeia corroborando com pesquisas realizadas por Anna Roosevelt (1991) e Michael Heckenberger (2000a; 2000b), que apontam que antes da chegada das tropas europeias havia no Brasil uma população indígena super estruturada com um ciclo avançado culturalmente e de plena organização social. Aproximadamente 85% de perda em 500 anos.

Apesar de termos um território de enorme diversidade genética, possuímos uma das mais baixas concentrações de população por línguas. Nossa densidade populacional média é de menos de 200 falantes por língua.

¹ De acordo com o Censo 2010, no Brasil existem, aproximadamente, 897 mil indígenas. Entre essas pessoas, cerca de 517 mil vivem em terras indígenas.

Até o século passado era escasso o número de pessoas com consciência sobre o extermínio das populações indígenas e nada se sabia sobre a diversidade linguística no Brasil. A política jesuítica não tinha interesse em um Brasil multicultural e multilíngue. No próprio Tupinambá, língua de instrução mais usada na costa do Brasil na época do descobrimento, já havia uma variedade dialetal bem estruturada e, apesar da sua supremacia como língua prevalecer naquele tempo, o interesse de manter somente uma língua em meio à tanta diversidade linguística era outro, como ressalta o artigo de Barros *et al* (1996) que sugere que a multiplicidade linguística era um empecilho à conversão cristã.

“Esta política de institucionalização de uma língua indígena como geral foi parte de uma política indigenista colonial que estabeleceu uma categoria de “índio”, que não existia no mundo pré-colonial. Índio era uma categoria super étnica, reduzidas as diferenças dos grupos a um modelo único aplicado a toda a população indígena. A categoria índio marcava a oposição entre o colonizador e o colonizado. Mantinha a alteridade cultural em relação ao colonizador, porém sem recuperar o étnico, ou seja, as especificidades próprias de cada grupo como unidade político-econômica”. (BARROS et al, 1996, p. 195-6, apud Leite, Yonne, 2007, p.8).

Os jesuítas surrupiaram dos indígenas, com o apoio da Coroa, costumes, terras, cosmologia, música e língua. Para eles, esses povos eram considerados *sem fé, sem lei e sem rei*, ponderando que em tupinambá não há *f*, *r* e nem *l*. E, na tentativa de catequizar as tribos, esses padres utilizaram dicotomias para a eficácia da conversão e homogeneização linguística - língua boa/língua ruim, índios mansos/índios bravos, tupi/tapuia². Toda uma diversidade censurada para a imposição de uma homogeneidade em busca de manter conquistas territoriais.

A língua deste gentio toda pela costa é uma: carece de três letras – scilicet³, não se acha nela F, nem L, nem R, cousa digna de espanto, porque assim não têm Fé, nem Lei, nem Rei; e desta maneira vivem sem Justiça e desordenadamente (GANDAVO, Edições do Senado Federal, 2008, vol. 100, p. 65) .

Para estudar a história das línguas e linguagem indígenas não há documentos escritos/antigos. A reconstrução dessa história é feita totalmente

² Denominação dada pelos portugueses aos indígenas dos grupos que não falavam línguas do tronco tupi e que habitavam no interior do país; tapuio.

³ Vale dizer, isto é.

através de pesquisas comparativas. Por isso é importante destacar que povos que não estão ameaçados em seus territórios, seja pelo estado ou pela igreja ou qualquer outro elemento invasivo, seguem a transmissão de seus conhecimentos através de suas línguas e sua oralidade, dispensando qualquer outra forma ou suporte tecnológico para isso.

[...] mais do que servir para a comunicação, cada língua indígena revela uma forma diferente de ver e compreender o mundo. Ao descrever os objetos, as paisagens e as situações do cotidiano, as palavras expressam um modo de pensar construído por gerações e gerações de um povo: saberes únicos. Por isso, o desaparecimento de qualquer língua é uma perda para toda a humanidade (NASCIMENTO, 2019,p.12)

Somente agora, em pleno século XXI, é que as línguas indígenas são consideradas patrimônio histórico imaterial da humanidade e, de fato, os estudos começam a entrar em ebulição. Contudo, vale ressaltar que estamos lidando com línguas ágrafas caracterizadas pela oralidade e com poucos registros institucionais sonoros para consultas públicas nas documentações. Atualmente instituições como a Petrobrás e o CNPq dispõem de projetos de financiamentos para execução de pesquisas, disponibilizando materiais tecnológicos como gravadores e câmeras digitais que permitem registros mais exatos da língua indígena em todas suas aparições.

A perda de uma língua indígena reduz a possibilidade da reconstrução fidedigna de determinar a natureza e os limites linguísticos de uma população bloqueando também os conhecimentos da expressão e do comportamento comunicativo de um povo intelectualmente organizado e rico nas suas tradições orais (poética, canto e oratória), conhecimentos específicos e perspectivas ontológicas e cosmológicas, gerando uma catástrofe local e uma perda para o patrimônio humano.

Para que as línguas indígenas escapem dessa extinção, obter dados confiáveis com graus de prioridade devido à redução do número de falantes se torna imprescindível.

Atualmente a linguagem indígena se esforça em encontrar relação com as formas de conhecimento da ciência ocidental. Para o professor Ailton Krenak, narrar sonhos e valorizar as particularidades das comunidades acaba por respeitar as diferenças e expande as subjetividades indígenas nas práticas acadêmicas. Assim, conseqüentemente, analisa-se criticamente a linguagem científica, valorizando

métodos de saberes e conhecimentos indígenas que possibilitam de fato uma mudança epistêmica reconhecendo as culturas historicamente subalternizadas na universidade:

Por que nos causa desconforto a sensação de estar caindo? [...] Vamos aproveitar toda a nossa capacidade crítica e criativa para construir paraquedas coloridos. [...] Há centenas de narrativas de povos que estão vivos, contam histórias, cantam, viajam, conversam e nos ensinam mais do que aprendemos nessa humanidade. A gente resistiu expandindo a nossa subjetividade, não aceitando essa ideia de que nós somos todos iguais. Ainda existem aproximadamente 250 etnias que querem ser diferentes umas das outras no Brasil, que falam mais de 150 línguas e dialetos. (KRENAK, 2019, pp. 69-70).

Proporcionar ao aluno indígena o conhecimento da leitura e escrita através da língua portuguesa acaba sendo um desafio em toda a rede de educação do país, não apenas na universidade. Isso porque nem todas as comunidades indígenas consideram a escrita como uma ferramenta básica de sobrevivência, reforçando a tradição cultural dos povos, que, na sua grande maioria, preservam suas histórias através da oralidade. Porém, essa relação com a escrita é forçada pela necessidade de manter diálogos interculturais com os não indígenas e também como mais uma ferramenta na garantia da defesa de seus direitos constitucionais.

A chegada de indígenas nos centros urbanos acaba muitas vezes por reforçar a fixação de famílias inteiras nas cidades, fazendo com que principalmente as crianças encontrem obstáculos para a manutenção de suas línguas maternas, ameaçando a identidade cultural do seu povo. Nesse âmbito é inquestionável a atenção especial necessária dos segmentos públicos educacionais com essas comunidades para garantir também a continuidade de suas tradições (línguas, ritos, mitos, cantos, contos, culinária, expressão) e sua cosmovisão que, ademais, se diferenciam de uma comunidade para outra, podendo assim ajudar na construção de um novo contexto, que é o convívio autêntico entre alunos indígenas com não indígenas, além de professores, diretores, funcionários da instituição de ensino e famílias.

3.3 EDUCAÇÃO ESPECÍFICA E DIFERENCIADA DOS POVOS INDÍGENAS

A Constituição de 1988 concedeu aos povos indígenas o direito à uma educação diferenciada abrindo caminhos para a oficialização de suas escolas,

juntamente com políticas públicas que atendessem a garantia de uma educação intercultural, multilíngue e voltada para a autodeterminação dos povos originários. A questão é que ainda hoje esses alunos enfrentam dificuldades para concluírem a educação básica, deparando-se com metodologias que não condizem nem contemplam seus saberes próprios, além de muitas vezes não contarem com materiais didáticos específicos. Entretanto, o aumento do número de escolas ameríndias vem ganhando um número expressivo, acelerando o processo de escolarização desses povos e conseqüentemente tornando o seu acesso às universidades cada vez mais frequente.

A educação diferenciada que contempla saberes, conhecimentos próprios e materiais didáticos específicos aos estudantes indígenas ainda hoje continua a ser um desafio na realidade para a maioria das crianças residentes em aldeias no Brasil. Somente no Estado do Rio Grande do Sul são 6.327 estudantes em 78 escolas, a maioria da etnia kaingang⁴. Foi a partir do século XX que a escola em aldeias começou a ganhar reconhecimento e, conseqüentemente, a preservação das suas diferenças étnicas.

A constituição de 1988 reconhece pela primeira vez na história do Brasil as formas de organização social dos povos indígenas, as línguas, costumes e, conseqüentemente, o direito à educação escolar diferenciada e bilíngue, iniciando debates intensos ao final da ditadura militar, garantindo forte atuação indígena na Assembléia Constituinte e pondo fim à política assimilacionista do Estado, assegurando, assim, às comunidades o respeito a sua organização social, línguas, costumes crenças e tradições, e reiterando o direito ao uso de suas línguas maternas com processos próprios de aprendizagem⁵.

A construção da escola e do processo pedagógico em aldeias indígenas tem como fundamental a participação da comunidade para definição de seus objetivos, currículos, calendário escolar, pedagogia e espaço de convivência durante o convívio educacional. O bilinguismo é defendido não só para garantir o diálogo com os não-indígenas e o mundo que os circunda mas, sobretudo, a língua materna da aldeia é garantia da continuidade de manifestação e expressão de suas culturas e seus costumes. Importante também levar em consideração que no Brasil existem mais de 200 etnias, cada uma com suas especificidades, o que tornaria impossível

⁴ Os dados são referentes às matrículas de 2011. Fonte: MEC/INEP – Censo Escolar da Educação Básica 2011(Dados Preliminares).

⁵Art. 231 e Art. 210, § 2o , BRASIL, 1988.

garantir uma educação específica e diferenciada ao criar um modelo único de escola para essas comunidades. Garantir aos povos indígenas o direito de livre pensar suas escolas é uma proposta inovadora e de respeito às diferenças.

Contudo, a educação escolar básica indígena ainda é uma discussão emergente e que deve ser debatida, pois há pouco passou a ser pensada e problematizada através de uma visão antropológica, como afirma Clarice Cohn (2005, p.488) no trecho a seguir

Se a educação escolar voltada para os povos indígenas é antiga, secular, a discussão sobre sua adequação às realidades indígenas toma forma a partir da década de 1970, quando especialistas em diversas áreas, especialmente antropólogos, linguistas e pedagogos, começam a assessorar na construção de projetos escolares alternativos em algumas escolas indígenas e os movimentos indígenas passam a reivindicar, mais amplamente, o reconhecimento de seus direitos, inclusive o de uma educação formal de qualidade (apud Medeiros, 2020, p.22).

Para D'angelis (1999, p. 22), “é preciso reconhecer que, sendo a escola uma instituição não-indígena, surgida em contexto de sociedades radicalmente distintas das sociedades indígenas, criar hoje a ‘escola indígena’ é ainda um desafio”. Isso porque ainda é preciso exercitar muito o pensar nessa escola diferenciada, específica e intercultural indígena, estando atento à cultura de cada povo e como ele se apropria da escola, preocupando-se com as reclamações de seus projetos escolares (apud Santana, 2011, p.110).

Contudo, apesar de alguns estudos apresentarem a efetivação das novas frentes adotadas que valorizam e contribuem para a efetivação escolar indígena, como a adoção de novos currículos, ensinamento da língua materna e saberes indígenas, o sistema estatal ainda não as reconhece como escolas diferenciadas.

3.4 POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA

Quando pensamos em ações de permanência para os estudantes indígenas do ensino superior é preciso ter um olhar específico para professores, gestores, técnicos e estudantes não indígenas, já que esses são atores envolvidos diretamente no acolhimento dos mesmos no espaço universitário. É importante que as instituições que acolhem os alunos vindos de povos originários mobilizem-se em todos os sentidos, tanto no aspecto financeiro, quanto no apoio pedagógico e intersocial, para que esses alunos não abandonem seus estudos diante de tantos

desafios socioculturais, já que “apesar do discurso politicamente correto da inclusão e da aceitação das cotas, a representação que o docente faz do cotista indígena é estereotipada, folclórica, e sua postura com relação ao mesmo ainda é de rejeição” (SALVIANO, 2011, p. 65).

Na UFRGS, segundo Doebber (2017), os estudantes da etnia Kaingang representam 85% dos alunos indígenas ingressantes que passaram por um Processo Seletivo Específico (PSE) composto por duas provas - uma de Língua Portuguesa e outra de Redação. Além dessas provas o aluno ingressante entrega uma declaração étnico-racial e outra da própria comunidade indígena assinada por lideranças e membros da mesma.

Além de oferecer um processo específico para os indígenas, a UFRGS oferta também benefícios sócio econômicos, pedagógicos e ações voltadas a auxiliar esses estudantes. Desde a criação dessas políticas afirmativas os cursos mais procurados pelos indígenas são da área da Saúde e da Educação, majoritariamente selecionados pelos representantes das comunidades, corroborando com uma “tendência nacional na escolha por cursos que possuam relação direta com as necessidades das comunidades” (Bergamaschi; Doebber; Brito, 2016).

Para Doebber (2017), apenas 57 dos 95 indígenas (60%) permaneceram matriculados na UFRGS desde 2008 e somente seis se diplomaram. Cerca de 33% encontram-se em trancamento de matrícula e/ou desistência das vagas, mas, a grande maioria, cerca de 23 estudantes, foram desligados por abandono do curso. Segundo a autora, a alta taxa de evasão desses alunos pode ser considerada um “processo de fabricação das desistências” por estar ligada à maneira rígida dos processos educacionais adotados pela instituição além da “pouca ou nenhuma abertura para outras formas de produzir e expressar conhecimento” (Doebber e Brito 2016, p. 177).

Além disso, dados apontam que o maior índice de desistência dos estudantes indígenas é durante o início do curso, momento importante para realizar ações afirmativas de permanência desses na instituição de ensino.

Vale também ressaltar que a promulgação da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, intitulada Lei de Cotas, que institui o caráter obrigatório de políticas de acesso e permanência de alunos autodeclarados negros e indígenas nas universidades públicas, garante apenas o acesso à universidade, mas não assegura sua

permanência. Por isso, novas discussões sobre ações de permanência desses estudantes se fazem necessárias em um novo cenário que se cria.

Análises deduzem que o primeiro passo para enfrentar os desafios e contribuir para a permanência e a interculturalidade acadêmica, no que diz respeito aos saberes e conhecimentos indígenas, é o diálogo e uma escuta mais efetiva e afetiva para que só então se conquiste o duplo pertencimento acadêmico e étnico-comunitário que se almeja a esses estudantes. Como afirma Amaral (2010, p.7), “a construção da condição desse duplo pertencimento é devida tanto à trajetória acadêmica percorrida por mérito próprio dos acadêmicos indígenas quanto ao apoio familiar e à expectativa de sua comunidade de origem”.

Um dado interessante sobre a UFRGS, é que até 2007 não havia nenhum estudante indígena dentre seus 93 cursos presenciais de graduação. Foi a partir do diálogo entre povos indígenas e a universidade que ações afirmativas foram regulamentadas pela Decisão nº 134/2007 do Conselho Universitário, que previa que a partir do ano de 2008 dez vagas seriam disponibilizadas para os estudantes advindos de tribos indígenas. Dentre essas ações, uma delas se destaca pela sua importância na contribuição para a permanência desses estudantes na universidade: a monitoria indígena, exercida por um colega e um professor orientador do curso. Entre algumas das atribuições do monitor/colega de curso estão o desempenho de tarefas importantes como leitura de textos, auxílio no acesso às bibliotecas acadêmicas e inclusive ajuda no acesso aos restaurantes universitários. Essas atitudes contribuem para o fortalecimento de uma relação de parceria e coleguismo entre alunos indígenas e não-indígenas. Mas, apesar da proposta em vigência ser muito interessante, ainda assim existem obstáculos para que isso aconteça. A espera de indicação do professor e do monitor por vezes acaba sendo longa, assim como o estabelecimento de uma relação entre as partes envolvendo empatia, aspectos práticos e racionais.

3.5 POVOS INDÍGENAS E O MEIO ACADÊMICO

Conforme Munduruku (2012), até o final da década de 1950, o termo índio não era considerado pelos povos indígenas brasileiros, pois retratava uma visão deturpada para a sociedade que os considerava um atraso ao progresso, ficando

encarregados pela “socialização” desses povos a igreja e/ou agentes públicos leigos. Segundo o autor, foi somente na década de 70 que emergiu o “sentimento fraterno indígena” despertando a consciência dessas lideranças sobre a importância de aprenderem os códigos impostos pela sociedade não-indígena com o propósito de lutar pelos seus interesses e afirmar suas diferenças.

[...] uma consciência indígena, primeiro sobre seu próprio valor como povo, e povo discriminado, e ao mesmo tempo, o renascer da indignação indígena diante de todo um processo de colonização que sempre os colocou como “relativamente incapazes” e tratados de forma paternalista ou assistencialista, incluso o direito de decidir por eles. O sistema governamental não previu esse tipo de escolaridade indígena que conjuga novos conhecimentos e conscientização. Indignados, decidiram lutar pelo direito de permanecer em Brasília, estudar e optar. Como parte daquele momento histórico, criaram a frase “Posso ser o que você é sem deixar de ser quem sou!” (TERENA, 2013, p.9)

No Brasil, uma das primeiras demandas indígenas, no que diz respeito ao acesso ao curso superior, começou a ser atendida por volta de 2001, através das licenciaturas indígenas, com foco para formar professores pertencentes às suas aldeias. Com isso, um maior número de alunos provenientes de comunidades indígenas estão conseguindo finalizar o ensino médio, aumentando a demanda por procura de vagas universitárias de vários cursos, mas, principalmente por formações profissionais ligadas às suas lutas (Direito, Saúde e Educação).

Para Baniwa (2019) a inserção de indígenas nas universidades brasileiras torna-se essencial para que profissionais qualificados e conhecedores de suas tribos e etnias possam atuar diretamente nas suas comunidades, deixando claro que o acesso ao meio acadêmico não se trata de um privilégio, mas sim de uma necessidade, além do desejo de se inserirem em todos os segmentos sociais e políticos do Estado.

Para acompanhar a demanda crescente sobre a necessidade de ações afirmativas voltadas a inclusão de indígenas no espaço universitário, a Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Sul (UFRGS), a partir de 2008, passa a designar, dentre seus cursos, dez vagas para estudantes procedentes de comunidades indígenas, fazendo desse momento um marco para a história da instituição, desafiando e enriquecendo ainda mais o seu espaço acadêmico.

Com o propósito de explorar as vivências dos estudantes universitários indígenas da UFRGS e entendermos melhor a trajetória percorrida por esses universitários, desde a sua chegada à instituição até a sua formação (ou desistência), a seguir,

examinaremos como esses alunos, em média, encaram a tarefa de se tornarem estudantes universitários e o quão árduo esse ofício pode vir a ser.

A presença de estudantes indígenas na UFRGS é um acontecimento considerado recente que vem ganhando expressividade e força desde 2008. Com o intuito de buscar apropriação de ferramentas da sociedade não-indígena e usá-las em seu benefício para uma melhor proteção do seu território e organização social, esses alunos vêm emergindo a partir da mobilização de comunidades e coletivos indígenas.

No primeiro ano de vestibular indígena na UFRGS (em 2008), foram ofertadas a esses universitários aulas de inglês. Essa demanda, observada e tida na época como necessária, principalmente pelos estudantes indígenas que já cursavam graduação na área da saúde e já haviam ingressado na UFRGS anteriormente ao vestibular específico, não teve uma boa adesão, pois, conforme relatos dos próprios estudantes, eram muito rápidas, ministradas somente em inglês e com temáticas não indígenas. Com isso, no segundo semestre do mesmo ano, foi realizada a primeira edição de um curso de inglês pensado e projetado para estudantes indígenas, o CIEI (Curso de Inglês para Estudantes Indígenas), com materiais didáticos e tarefas pedagógicas com temáticas específicas. O curso teve sete edições e, ao dar seguimento às ações de educação linguística a esses povos, em 2012, foi substituído pelo LEUI (Curso de Leitura e Escrita na Universidade para Estudantes Indígenas), mudando o foco da língua inglesa e mirando nas demandas de leitura das aulas de graduação. Essa mudança redirecionou e ampliou os objetivos no que diz respeito ao uso da língua como ferramenta acadêmica, tanto para escrita de monografias e artigos científicos quanto para as práticas sociais que emergem com as novas relações entre professores e estudantes com as culturas indígenas, desconstruindo a visão de que esses povos são todos iguais e dando início a um reconhecimento, por parte da instituição, sobre suas especificidades.

Além disso, o LEUI foi construído para e pelos universitários indígenas de diferentes graduações, sendo o primeiro e único espaço institucional exclusivo às necessidades linguísticas desses alunos, considerando suas experiências e as entrelaçando com seus novos contextos de atuação e, conseqüentemente fortalecendo-os como grupo, como cita Bergamaschi através da fala de um estudante indígena da UFRGS:

As iniciativas que agregam especificamente os estudantes indígenas estão contribuindo para que o grupo de estudantes indígenas se constitua como grupo. Embora pertençam a duas etnias, a maioria ao povo Kaingang (30 estudantes Kaingang e 04 Guarani), não se conhecem entre si e têm pouca prática política de organização. Sentem-se despreparados e em algumas situações até reclamam disso: “na área a gente aprende a obedecer aos mais velhos e aqui a gente vê que precisa iniciativa, precisa participação, mesmo a gente sendo jovem”. (BERGAMASCHI, 2013, p.139-140)

A partir desse ponto foram levados em conta debates políticos de interesse universitário geral, como a construção de respostas a discursos políticos, de representatividades sociais e institucionais que definem a identidade indígena dentro da academia e que foram inseridos como propostas pedagógicas, envolvendo o ensino e a prática da linguagem acadêmica, para fornecer através da linguagem, língua e comunicação mais uma ferramenta na luta do reconhecimento de saberes étnicos-raciais que também pode ser usada para melhorar seus desempenhos educacionais através dos seus conhecimentos tradicionais e suas origens, construindo novas maneiras de pensar e olhar o universo UFRGS.

Aos poucos os estudantes universitários indígenas estão perdendo o medo dos não-indígenas e vencendo a discriminação, a vergonha e o preconceito, abrindo portas para ocupar um papel de grande importância nas pesquisas sobre diversos temas relacionados a sua história e travando uma batalha para afastar os perigos reais de sua extinção.

Contudo, a tarefa de se tornar estudante universitário indígena carrega consigo dificuldades no uso, reprodução e apropriação dos conhecimentos acadêmicos tornando a trajetória desses alunos mais árdua e lentificada do que a dos demais. E tudo isso é ampliado, além das questões de preconceito étnico-racial, com a formação precária em um ensino básico, a falta de um diálogo intercultural por parte da universidade e de situações discriminatórias ocorridas dentro da UFRGS.

Para que o indígena encontre o sucesso e familiaridade dentro do espaço acadêmico é imprescindível que tenhamos um olhar crítico voltado à instituição sobre essas novas presenças, já que ao mesmo tempo que a universidade vem avançando em políticas inclusivas tão importantes para a sociedade como um todo, também segue enraizada nas práticas de uma educação eurocêntrica e colonialista, acabando na contramão da pretensão da inclusividade.

O pensar do universitário indígena por si só já é um movimento de re-existência no espaço acadêmico, porque significa um rompimento de paradigmas. A inclusão de estudantes indígenas na UFRGS impõe a necessidade da instituição pensar fora

dos padrões, principalmente no que diz respeito a práticas pedagógicas, reconhecendo o pertencimento e a identidade de toda uma comunidade de alunos que possuem uma linguagem e temporalidade distintas dos não-indígenas e possibilitando realizar uma autorreflexão, não só sobre uma escuta mais sensível, mas também sobre a importância de diálogos e relações mais equitativas entre os diversos sujeitos que circulam no espaço acadêmico, podendo só assim contribuir para a legitimação dos conhecimentos dos povos originários, ação essa fundamental para exercício da interculturalidade no ensino superior.

Para situarmos o sujeito indígena no contexto universitário, portanto, se faz importante debatermos alguns aspectos sobre a qualidade de sua formação. Entre eles estão: metodologias utilizadas e o retorno dado às comunidades indígenas; como a comunidade universitária está integrando os estudantes indígenas; as dificuldades desses alunos em sair da invisibilidade acadêmica e, ainda, os saberes indígenas x saber científico que prevalece na universidade, mas que atualmente começam a ter reconhecimento acadêmico, a exemplo da UFRGS, que através de uma Resolução de fevereiro de 2022 do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPE), aprovou o título de “Notório Saber” (equivalente à titulação acadêmica de Doutorado) para mestres e mestradas de saberes tradicionais - indígenas, quilombolas, afro-brasileiros e demais povos e comunidades tradicionais de culturas populares - projetando e construindo uma universidade cada vez mais pluriversa e pluri epistêmica.

Importante também ter em mente que os cursos voltados aos povos originários ainda não são prioridades para as instituições de ensino superior e que os atuais cortes em diversas bolsas, ocorridos nos últimos anos, atingem diretamente as necessidades básicas desses estudantes (hospedagem, alimentação e deslocamento) durante o percurso acadêmico, principalmente durante as etapas iniciais do curso. Todos esses obstáculos ganham maior evidência no ambiente urbano com os quais a maioria não tem familiaridade nem mínimas condições de sobrevivência, o que levou muitos desses universitários a desistirem de seus cursos. Atualmente, por se tornarem um grupo de estudantes cada vez maior dentro da academia, formado por indígenas dos povos kaingang, xokleng e guarani, vêm ganhando força e visibilidade através do coletivo de estudantes indígenas da UFRGS que, recentemente, reuniram-se e reivindicaram em Porto Alegre, por meio da ocupação de um prédio público no centro da capital desocupado há anos e

localizado na entrada do túnel da Conceição em frente ao Campus Centro, solicitando a construção de uma Casa de Estudante Indígena, demanda antiga, porém nunca atendida por parte da instituição.⁶

A presença dos estudantes indígenas na UFRGS é uma oportunidade singular para fecharmos esse circuito que nos fez, primeiro, viajar aos territórios distantes para encontrar a diferença cultural dos nativos e reconhecer a existência de outras formas legítimas de cumprir a existência humana no Planeta; agora, sentados em nossas escrivatinhas acadêmicas, depois de voltar dessa viagem, é preciso aceitar que os nativos distantes venham nos visitar, aprender, competir e compartilhar conosco dentro de nosso espaço íntimo de vida, para que troquemos experiências e descubramos juntos sobre as motivações que nos fazem – índios, negros, brancos ou mestiços – passageiros deste mundo e empreendedores de tantas e recíprocas viagens de reconhecimento mútuo. Assim ampliamos a fusão de nossos horizontes culturais através da universidade. (SOUZA, 2013, p.123-4)

Obviamente o acesso dos indígenas ao ensino superior ainda segue mais restrito nos cursos regulares, porque esbarram nas dificuldades encontradas por virem de uma educação básica diferenciada e também pelo preconceito que atualmente ainda sofrem. Mesmo com o avanço de políticas afirmativas desenvolvidas no ensino superior nacional, vale ressaltar, ainda há muito a se alcançar. São muitos os percalços a se combater ao inserir o estudante indígena em um modelo de ensino e num ambiente tão diferente dos quais advém, tudo isso agravado ainda pelos preconceitos e marginalização que sofrem.

Por esse motivo, a capacitação e formação de membros indígenas na academia vem ganhando um papel importante para toda a sociedade fazendo com que se tornem cada vez mais atores principais e não coadjuvantes de seus conhecimentos.

A presença de indígenas na universidade faz com que eles assumam a natureza de seus conhecimentos antropológicos próprios, demonstrando que o movimento indígena que surge no espaço acadêmico ultrapassa os métodos padronizados e adotados pela universidade, tornando suas produções significativas no que diz respeito à "ciência-sobre-os-outros".

⁶ Atualizações acerca da retomada da casa do estudante indígena na UFRGS

3.6 PERFIL DO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO INDÍGENA

O perfil dos alunos indígenas que ingressam na universidade pública é bem diferente dos outros. Para muitos, o ingresso na universidade é o primeiro contato fora da aldeia e acaba acontecendo sem nenhum acompanhamento ou auxílio. Eles geralmente têm idade acima da média dos demais alunos além de ter uma condição socioeconômica e cultural diferenciada e também particularidades nas suas formas de organização coletiva.

É necessário uma política planejada de acesso e permanência dos indígenas na instituição, que conduza a um bom desempenho acadêmico e, conseqüentemente, à formação com qualidade com alguns fatores que facilitarão a permanência material dos estudantes: construção de restaurante e residência universitária em todos os campi, recursos para a locomoção do estudante indígena da aldeia à universidade, entre outros (PEREIRA, 2011, p. 9).

Ao tornar-se estudante universitário, ao aluno indígena é imposta uma nova rotina, novas práticas e até mesmo novos códigos. Mas, para que isso aconteça é preciso que ele busque novas referências intelectuais, vocabulário acadêmico, organização e realização de estudos, ou seja, reformular seu contexto. Para Coulon (2018), para que todo esse processo de aprendizagem aconteça é necessário três fases: a) o tempo do estranhamento, durante o qual os estudantes “perdem suas referências anteriores” e “percebem um mundo que não é mais familiar”; b) o tempo da aprendizagem, em que os alunos estão começando a lidar com as novas demandas da vida universitária, porém ainda se sentem “inseguros” e “ansiosos”; e, por fim, c) o tempo da afiliação, no qual os estudantes dominam os “códigos que balizam a vida intelectual” e tornam-se definitivamente membros da cultura universitária.

A realidade universitária acaba sendo uma contradição para o indígena que vem de propostas curriculares diferenciadas desde sua alfabetização, com professores que pertencem às comunidades, com saberes e conhecimentos próprios, materiais didáticos específicos e nas línguas originárias. Muitos desses conhecimentos não são baseados nem em leitura, nem em escrita. A maioria não

entende expressões utilizadas por professores e colegas e acabam conseqüentemente em situações conflituosas que os fazem muitas vezes reprovarem e/ou abandonarem o curso. Sentem-se “fora do lugar”, não pertencendo à academia, que é intensamente reguladora e homogeneizadora.

Pensando nesse desafio, a UFRGS criou uma cadeira interdisciplinar chamada “Encontro de Saberes” com o intuito de promover a educação das relações étnico-raciais e desenvolver conteúdos e currículos plurais, críticos e não dicotômicos, transformando sábios indígenas e afrodescendentes em protagonistas que compartilham suas experiências de espiritualidade, tradicionalismo, gênero e memória na configuração popular brasileira.

3.6.1. Dificuldades dos estudantes indígenas em linguagem científica durante o curso de graduação

Qual a transformação necessária para que um universitário indígena, com procedência escolar diferenciada e marcado pela sua maneira de falar e, por vezes, maneira de se vestir, faça realmente parte do universo acadêmico da UFRGS, se há muito o “aluno ideal” era branco, de elite, de escola particular e oriundo de cursinhos preparatórios especializados? Como promover a diversidade e a apropriação do aluno indígena no espaço acadêmico se, mesmo com estratégias de acolhimento, a didática e a forma de avaliação de muitos professores não considera as diferenças dos estudantes em sala de aula?

É necessário muito mais do que políticas governamentais e de gestão para que as ações afirmativas gerem resultados positivos e mudança de comportamento tão sonhada na sociedade não indígena. Para que um encontro intercultural realmente aconteça é preciso disponibilidade e tempo de todos os sujeitos envolvidos nessa relação, reconhecendo a política pública como peça imprescindível para impulsionar coletivos e grupos que se favoreçam dela. É preciso que os universitários indígenas dialoguem e tenham participação ativa na construção de projetos pedagógicos e criação de ações afirmativas pensadas para eles. Chegamos num ponto onde falar sobre indígenas é muito pouco. É preciso falarmos com e entre eles.

Dentre todas as dificuldades mencionadas pelos alunos indígenas, três delas são consideradas principais: relativas à compreensão e o uso da linguagem

acadêmica, compreensão dos conteúdos ensinados e o domínio das habilidades necessárias para produção de trabalho intelectual.

A falta de compreensão e domínio das palavras utilizadas pelos professores e dos materiais de estudo acaba sendo um dos obstáculos mais presentes na vida acadêmica dos indígenas, trazendo dificuldades para o acompanhamento das explicações dadas em sala de aula, comprometendo também a expressão oral e escrita desses alunos. Vale ressaltar que as dificuldades de linguagem referidas pelos estudantes estão relacionadas à própria compreensão da língua portuguesa, já que muitos possuem como primeira língua a materna e nela foram inicialmente alfabetizados. Também é importante admitirmos que as dificuldades de linguagem encontradas pelos estudantes indígenas na universidade está relacionada ao pouco domínio da língua culta, tão exigida no meio acadêmico. Bourdieu (2007) afirma que o manejo e a compreensão da linguagem escolar (proximidade com a norma culta, domínio do vocabulário e da sintaxe) são influenciados pelo meio social e linguístico de origem.

Gersem Luciano (2013, p.19, apud Nascimento, 2019, p. 68), ao debater sobre as políticas de cotas e o acesso dos indígenas à universidade, destaca que “o desafio é como esta instituição superior formadora pode possibilitar a circulação e a validação de outros saberes, pautados em outras bases cosmológicas, filosóficas e epistemológicas”, levando em conta que o espaço universitário é produtor de conhecimento e reproduzidor de epistemologias hegemônicas, mas ainda marginaliza e inferioriza os sujeitos e conhecimentos fora do padrão moderno/europeu/ocidental.

[...] Muitas vezes não conseguia entender o que o professor estava falando exatamente, porque é uma coisa tão distante. Eu vim de uma realidade e de repente entrar numa outra e tentar entender as duas coisas era muito complicado.⁷

Para AMES (2021), no que diz respeito a compreensão dos conteúdos trabalhados no meio acadêmico e presentes nas bibliografias de apoio, é que são distantes e desconhecidos das realidades indígenas nas quais alguns estudantes dizem não se reconhecer. Sobre esses aspectos, afirmaram Sara (27 anos) e Adriana (24 anos), do curso de Serviço Social, respectivamente:

⁷ Fala de estudante indígena numa reunião organizada pela Comissão de Acesso e Permanência da UFRGS - Rev bras. Estud pedagog. v. 99, n 251 p.37-53, jan/abr. 2018.

Era muita teoria, de autores que a gente nunca ouviu falar. É muito pensamento que a gente tem que estudar: Marx, Weber. Eu não entendia bem. Agora, se eu leio um texto deles, consigo compreender. Mas antes não, era muito difícil. Eu lia, lia, lia e não sabia o que estava lendo, não estava entendendo.

No meu curso teve vários conhecimentos e pensamentos que eles passaram, mas eu não consegui encaixar os indígenas nesse conhecimento. A questão que a gente estuda muito em Marx, que estuda a sociedade, o homem, e para mim o indígena... Eu não me encaixava nisso. (AMES, 2021, p. 15)

As dificuldades encontradas no domínio das habilidades práticas para realizar trabalhos intelectuais como concentração, planejamento e onde encontrar materiais necessários para realização dos estudos também são um grande desafio para esses estudantes continuarem acompanhando as disciplinas e permanecerem na UFRGS. Coulon (2008, p.40) afirma que é nesse período que o estudante “não tem mais passado nem futuro. Está no espaço entre dois momentos e não tem mais referências”. Esse é o momento com maior probabilidade de abandono da instituição. Também é nesse momento que fica evidente a carência dos conhecimentos desenvolvidos no ensino básico e que nitidamente coloca os estudantes indígenas em desvantagem quando iniciam seus estudos universitários. Mesmo com a instituição de monitoria e orientação como apoio didáticos ainda existem lacunas formativas que necessitam ser sanadas.

É dentro do espaço universitário, durante sua formação, que o estudante indígena vai se apropriando e promovendo mudanças na valorização de seus saberes, cultura e língua, assumindo processos próprios de aprendizagem, promovendo práticas pedagógicas e culturais, demarcando a valorização da sua cultura e fortalecendo sua identidade étnica. Para (CARVALHO, 2020 p.48), “saber ler e escrever na minha língua materna, que ouvi e vivi a vida toda é uma coisa. Vir para a universidade e exigirem que temos que ler, escrever uma segunda linguagem da forma do colonizador é uma tortura, nos causa sofrimento espiritual ao qual nos consome e não podemos expressar, pois na cidade o que vale é o que o ‘fóg’ dita. Imagine você que lê se de repente acorda no Japão, sem saber falar a língua, sem saber ler, o que faria?”

A formatura do aluno indígena não é uma vitória individual, mas de todos os povos originários e prova que a universidade é e deve ser cada vez mais território indígena.

3.6.2. Problemas enfrentados pelos indígenas ao ingressarem no meio acadêmico

Para enfrentarem as dificuldades encontradas durante o ensino universitário, o aluno indígena necessita rever conteúdos do ensino médio para só então entender o que o professor está ministrando, buscando dessa maneira compensar suas desvantagens e com isso aumentando a quantidade de conteúdo a ser estudado.

O próprio estudante universitário indígena reconhece suas fragilidades no domínio de conteúdos escolares, identificando este como mais um fator para o rompimento com o ambiente acadêmico, seguido pelo desejo de continuar nas aldeias, principalmente durante o período de férias e/ou feriados prolongados. Tudo isso ainda pode ser somado com a ausência ou rara presença de temas pertencentes à cultura indígena que ajudam no não reconhecimento daquilo que está sendo ensinado, reforçando o sentimento de “estrangeirismo” em relação à universidade.

[...] até agora estou aqui, mas pensei muitas vezes em desistir. Na sala de aula, o professor perguntava alguma coisa, e eu não tinha ideia do que era, e o meu colega do lado sabia, e eu pensava: “O que estou fazendo aqui? Isso aqui não é para mim!”. Chegava em casa, chorava, “trabalho para fazer, não sei por onde começar. O que é isso? Que palavra é essa?”. Eu passei por uma barra, até o semestre passado, o ano passado, eu pensava em desistir, porque é uma coisa muito diferente, nossa! (AMES, 2021, p. 19)⁸

Como se não bastassem todos esses obstáculos acadêmicos, há ainda a relação com seus colegas e professores, o que acaba operando como facilitador ou dificultador da aprendizagem. Segundo os próprios indígenas, essas relações são bem diferenciadas, ora com vínculos de amizade e coleguismo, ora com situações de conflito, marginalização e hostilidade. Portanto, por serem relações ambivalentes e não totalmente positivas acabam por sinalizar que muitos estudantes universitários indígenas ainda sofrem com situações sutis ou declaradas de exclusão. A falta de vínculos e coleguismo dificulta desde a realização de tarefas simples, como os trabalhos em grupo, até as mais importantes, como acesso a informações sobre as disciplinas. As relações de amizade e /ou colaboração com os colegas e professores é fundamental para um bom desenvolvimento dos estudos, seja no aspecto subjetivo ou prático.

⁸ Depoimento de aluno indígena.

“Lá [na aldeia] se você chega numa casa e estão almoçando você senta junto. Aqui se você não tem cinquenta centavos você não come” (estudante indígena de agronomia)⁹

A presença de universitários indígenas na UFRGS desacomoda e, para os mais conservadores, traz ainda a sensação de “balbúrdia”. Porém, desperta também inquietações e curiosidades necessárias na comunidade como um todo sobre a origem/história desses povos, sobre como eles chegaram até a UFRGS, como relacionar-se com eles e como mantê-los na academia. Além disso, indígenas apropriando-se do espaço acadêmico acabam por evidenciar a rigidez do saber dito superior e expõem a urgência da universidade em se tornar um espaço mais igualitário no que diz respeito à interculturalidade, legitimando e institucionalizando os saberes de fora do “templo” acadêmico e pautando temas antes considerados irrelevantes, como disputa por terras, educação diferenciada, relação com o meio ambiente e os desafios dos indígenas já formados, temas esses de suma importância para a população ameríndia, que tem pressa em levar para suas comunidades os conhecimentos universitários adquiridos.

Viver no coletivo universitário é uma experiência totalmente diferente das já vividas pelo estudante indígena. Textos em formatos talvez nunca lidos por alguns deles, horário de refeições pré definidos, atividades de recreação não pensadas para a cultura desses povos que possuem culinária, música e maneira de se comunicar muito específica são alguns exemplos da luta que os povos originários encontram no espaço universitário para abrir os caminhos e fortalecer suas origens e seus ancestrais. A arrogância universitária, na maioria das vezes, vive debruçada sobre os clássicos europeus com um discurso inclusivo, porém ainda segue incapaz de enxergar a sabedoria indígena que já está aqui há milênios, e acaba por refletir uma sociedade branca fundamentada pelo racismo que resiste às culturas diversas e impõe o seu sistema.

Ao abrir suas portas para essa população é importante apoiar e incentivar as diferenças desses povos, sem exceção, para não somente ensinar, mas aprender com eles. Somente com diálogo respeitoso, adequado e transformador é possível reconhecer o potencial que os profissionais qualificados indígenas possam vir a ter e, com isso, abrir novas perspectivas formadas em aldeias, sempre ressaltando que

⁹ Depoimento dado à Comissão de Acesso e Permanência do Estudante Indígena-Programa de Ações Afirmativas UFRGS, em 2013.

o indígena que vai para a cidade e se adapta às rotinas urbanas não deixa de ser indígena. Bem ao contrário disso. O aluno indígena que ingressa na universidade está habituado a outra temporalidade. Comem e dormem somente quando sentem vontade e, chegando no espaço universitário é preciso se adaptar com outro “fuso-horário”, carga-horária pesada, e uma escrita acadêmica formal que para muitos nunca antes fora apresentada, além de professores dizendo que na academia todos precisam ser iguais.

Para acompanhar as aulas muitas vezes é preciso utilizar transporte público para campus diferentes, morar longe de suas aldeias, comer em RUs e muitas outras batalhas enfrentadas como choque cultural, ensino básico diferente, alto custo de permanência fora das aldeias, problemas que se estendem ao longo da graduação muitas vezes vencendo a vontade de alcançar um diploma.

Além disso, com a chegada da pandemia de covid-19, vários alunos indígenas acabaram retornando para suas comunidades para seguirem os estudos através do ensino remoto e acabaram se deparando com mais um obstáculo: falta de equipamentos eletrônicos e conexões de internet precárias. Se até mesmo os alunos que moram em centros urbanos são afetados, aqueles que moram em áreas rurais ou áreas indígenas acabam ficando numa situação muito mais delicada. A necessidade do ensino a distância às pressas expôs os universitários indígenas a uma situação instável de educação, com problemas como a falta de aparelhos eletrônicos de qualidade, internet ruim, ausência de local adequado para os estudos e, ainda, o medo constante de ser contaminado pelo novo coronavírus, podendo afetar duramente toda uma comunidade ou povo indígena. Somando-se a isso, as disputas territoriais e as invasões às terras indígenas ganharam força durante o período da pandemia e colocou em xeque a vulnerabilidade de diversos povos, de modo que também influenciam o estudante que teve que retornar para sua comunidade e muitas vezes necessita também ajudar nesse enfrentamento.

A evasão desses estudantes está muitas vezes relacionada a não adequação indígena ao espaço acadêmico, seja ele presencial ou virtual, e isso faz com que acabem por desistir de uma formação de nível superior, ou por não falar e/ou escrever, ou por não se comportarem dentro dos “padrões” universitários.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por ser a linguagem um vasto campo de atuação fonoaudiológica, incluindo a linguagem oral, escrita, língua de sinais e comunicação alternativa, e por seu aprimoramento estar amplamente relacionado não só ao desenvolvimento neurológico, mas também emocional, ao ambiente social e aos contextos comunicativos em que os sujeitos estão inseridos, cabe à fonoaudiologia um olhar mais atento a todos os processos que atinjam o funcionamento da aprendizagem e comunicação dentro do universo acadêmico, levando em consideração a diversidade identitária, cultural, social e racial que compõe a universidade (incluindo aqui as diferenças no percurso da formação básica).

Foi refletindo sobre todas essas questões e na tentativa de tornar a Fonoaudiologia ainda mais atuante no que diz respeito aos “distúrbios sociais” que nosso país enfrenta, carregando comigo a responsabilidade de ser uma estudante universitária egressa de escola pública, autodeclarada parda e também pesquisando sobre a arbitrariedade na linguagem acadêmica, que iniciei buscas sobre as dificuldades comunicativas dos estudantes indígenas do ensino superior, com objetivo de analisar, sob os olhos da fonoaudiologia, as adversidades comunicativas encontradas pelos universitários indígenas da UFRGS durante seu percurso acadêmico e o quanto a falta de domínio da leitura, escrita e compreensão da língua portuguesa e do uso da linguagem científica acomete o rendimento “e a permanência” desses estudantes.

Vale ressaltar também que o estar indígena na universidade reforça o papel público que uma instituição de ensino superior tem para com a sociedade como um todo, construindo caminhos para que diálogos interculturais possam efetivamente acontecer e ultrapassar os muros universitários, além de reforçar a importância de políticas e ações afirmativas que valorizem não só a presença de indígenas nas universidades brasileiras, mas também de seus saberes.

5 REFERÊNCIAS

A civilização perdida da Amazônia. Super interessante, 2016. Disponível em: <https://super.abril.com.br/historia/a-civilizacao-perdida-da-amazonia/>. Acesso em 15 jan 2022

AMES, Valesca. Indígenas e ensino superior: as experiências universitárias dos estudantes Kaingang na UFRGS. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, v. 23, n. 56, p. 244 - 275, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/15174522-98065>. Acesso em: 18 out. 2021.

ANGELO, Francisca Navatino Pinto de. **Educação escolar entre os povos indígenas de Mato Grosso: Cinco casos, cinco estudos.** 2018. Tese (Doutorado em ANTROPOLOGIA SOCIAL) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. <http://fichacatalografica.sibi.ufrj.br/>

BAITELLO JÚNIOR, Norval. Comunicação, mídia e cultura. Revista da Fundação Saede. V.12/no. 4. Out/Dez 1998. São Paulo. P. 11 Disponível em http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v12n04/v12n04_02.pdf

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. Estudantes indígenas em universidades brasileiras: um estudo das políticas de acesso e permanência. Rev. bras. Estud. pedagog., Brasília, v. 99, n. 251, p.37-53, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.99i251.3337> Acesso em 28/02/2022.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; NABARRO, Edilson; BENITES, Andréa. Estudantes Indígenas no ensino superior: uma abordagem a partir da experiências na UFRGS. Edição 2013. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013. Disponível em <http://hdl.handle.net/10183/199003> Acesso em 20 dez 2021.

BENVENISTE, Èmile. Problemas de linguística geral I. Campinas. Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988.

CARVALHO, Rejane Nunes. **KANHGANG ÊG MY HÁ: PARA UMA PSICOLOGIA KAINGANG.** 2020. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Psicologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em <http://hdl.handle.net/10183/212727> Acesso em 29 nov 2021.

COULON, Alain. A condição de estudante: a entrada na vida universitária. Salvador: EDUFBA, 2008.

DILLI, Camila. **Subsídios para o desenvolvimento de ações de letramento na política de permanência de estudantes indígenas na UFRGS.** Dissertação (Mestrado em LETRAS) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. <http://hdl.handle.net/10183/140344>

DOEBBER, Michele Barcelos. **Indígenas estudantes nas Graduações da UFRGS: movimentos de re-existência**. 2017. Tese (Doutorado em EDUCAÇÃO) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. <http://hdl.handle.net/10183/169281>

DRAWANZ, Angela. O uso das tecnologias da informação e comunicação como ferramenta de gestão do conhecimento numa escola indígena. **RENOTE-Revista Novas Tecnologias na Educação**, Porto Alegre, n. 3, v. 17 dez, 2019. Disponível em <https://doi.org/10.22456/1679-1916.99552> Acesso em 31 mar 2022.

EUZÉBIO, Umberto. Inserção de estudantes indígenas na universidade pública brasileira a partir da produção textual. **Revista Raído**, Dourados, n. 27, v. 11, jul/dez, 2017. Disponível em <https://doi.org/10.30612/raido.v11i27.5660> Acesso em 03 abr 2022.

GANDAVO, Pero Vaz de Magalhães. Tratado da Terra do Brasil : história da província Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil. Brasília: Senado Federal. Edições do Senado Federal; v. 100. Editorial 2008.

GOTZKE, A. P. D. et al. **O uso das tecnologias da informação e comunicação como ferramenta de gestão do conhecimento numa escola indígena**. Revista Novas Tecnologias na Educação, V. 17 N° 3, dezembro, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Angela-Goetzke/publication/339040596_O_uso_das_tecnologias_da_informacao_e_comunicacao_como_ferramenta_de_gestao_do_conhecimento_numa_escola_indigena/links/60afa009a6fdcc647ee2fbae/O-uso-das-tecnologias-da-informacao-e-comunicacao-como-ferramenta-de-gestao-do-conhecimento-numa-escola-indigena.pdf Acesso em 15 dez 2021.

G1. A luta dos universitários indígenas para não desistir das aulas em ensino remoto nas aldeias durante a pandemia. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/02/21/a-luta-dos-universitarios-indigenas-para-nao-desistir-das-aulas-em-ensino-remoto-nas-aldeias-durante-a-pandemia.ghtml>. Acesso em 6 mar 2022

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LAROQUE, Luiz Fernando da Silva; SILVA, Juciane Beatriz Sehn. **Ambiente e cultura Kaingang: saúde e educação na pauta das lutas e conquistas dos Kaingang de uma terra indígena**. Scielo, 2013. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0102-46982013000200011> Acesso em 10 jan 2022.

LEITE, Yone. **Língua indígenas brasileiras e a esperança de um futuro**. In: IV Congresso de Letras da UERJ, 2007, São Gonçalo. Anais. Biblioteca Digital Curt Nimuendajú: ISBN: 85-98924-16-4. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/cluerj-sg/anais/iv/completos/palestras/Yonne%20Leite.pdf>. Acesso em 18 de out. 2021.

MADEIRO, Carlos. Indígena que aprendeu português aos 7 anos ganha bolsa de doutorado nos EUA. Uol, 03 de out. 2021. Disponível em:

https://educacao.uol.com.br/noticias/2021/10/03/indigena-acre-bolsa-doutorado-eua.htm?utm_source=facebook&utm_medium=social-media&utm_campaign=noticias&utm_content=geral&fbclid=IwAR0VFb116Ja7IchjDlIpYT7IVeHRqru_QqdtYre61JBoaFls0yRSZd1KFQ8. Acesso em: 10 out. 2021.

MEDEIROS, Juliana Schneider. Educação escolar indígena específica e diferenciada: o estudo da língua kaingang e do artesanato na escola. IX ANPED SUL, Caxias do Sul, 2012. Artigo. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2218/403>. Acesso em: 17 out. 2021.

MORELO, Bruna. **O Curso de Inglês para Estudantes Indígenas: contribuindo para a construção de uma política de permanência na UFRGS**. Trabalho de conclusão de curso, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/25991> Acesso em 15 fev 2022.

NASCIMENTO, Rafael. Povos indígenas do Brasil. Por opirus.com.br, 15 abr 2020. Acesso em 18 jan 2022. Disponível em: <http://www.editoraopirus.com.br/uploads/df/materiais/historia/df-historia-rafael-5e971a1536897.pdf>

NEAB UFRGS. **Todo apoio à ocupação do coletivo de estudantes indígenas da UFRGS**. Brasil, 6 mar. 2022. @neab.ufrgs. Disponível em: [emhttps://www.instagram.com/p/CaxnwvquDU6/?utm_source=ig_web_copy_link](https://www.instagram.com/p/CaxnwvquDU6/?utm_source=ig_web_copy_link) Acesso em: 6 mar. 2022. forms.gle/DPUDYvTmP1titFuk7 publicação de 06 de fevereiro de 2022

OLIVEIRA, Denise Pimenta de. **Ideologias de linguagem acionadas por docentes indígenas em formação superior: tensões no espaço da diferença colonial**. 2018. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018. Disponível em <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/8285> Acesso em 20 fev 2022.

OLIVEN, Arabela Campos e Bello, Luciane. **Negros e indígenas ocupam o templo branco: ações afirmativas na UFRGS**. Scielo. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832017000300013>. Acesso em: 17 de fev.2022.

PAULA, Luis Roberto de. O ensino superior indígena como política pública: elementos para a construção de um modelo metodológico de avaliação e comparação de experiências locais. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 94, n. 238, p. 795-810, 2013. Disponível em <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.94i238> Acesso em: 17 dez 2021

SANTANA, José Valdir Jesus de. **Reflexões sobre educação escolar indígena específica, diferenciada e intercultural: o caso Kiriri**. C & D-Revista Eletrônica da Fainor, Vitória da Conquista, v.4, n.1, p.102-118, jan./dez. 2011. Disponível em:

<https://pdfs.semanticscholar.org/54c2/344194861aa5ba1550b729cac016d13bd6bd.pdf> Acesso em 17 nov 2021.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral**. Rio de Janeiro:2012. Edição Brasileira. Editora Pensamento-Cultrix Ltda.

SOUZA, J. O. C. de. Perspectivas ameríndias integradas ao universal acadêmico: o lugar dos indígenas na transformação polifônica da estrutura de ensino superior no Brasil. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Comissão de Acesso e Permanência Indígena. Estudantes Indígenas no Ensino Superior: uma abordagem a partir da experiência na UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013, p. 113-127.

SUL21. **UFRGS aprova título de ‘Notório Saber’ para mestres e mestras de saberes tradicionais**. Porto Alegre, 23 fev 2022. Por Sul. Acesso em: 28 mar 2022. <https://sul21.com.br/noticias/educacao/2022/02/ufrgs-aprova-titulo-de-notorio-saber-para-mestres-e-mestras-de-saberes-tradicionais/>

TERENA, Marcos. O estudante indígena no ensino superior. In UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Comissão de Acesso e Permanência Indígena. Estudantes indígenas no Ensino Superior: uma abordagem a partir da experiência na UFRGS. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2013, p. 9-13.